



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 8 DE MAIO DE 2015

Presidente: Exmo. Sr. Vasco Guíva

Secretário: Exmo. Sr. Aérton Crisóstomo

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 11 horas e 30 minutos.

Procedeu-se à auscultação do Sr. Presidente do Conselho de Administração da Assembleia Nacional, no quadro da apreciação, na especialidade, das GOP e do OGE para o ano económico 2015. Usaram da palavra, além do Sr. Presidente do Conselho de

Administração da Assembleia Nacional (Carlos Correia) e o Sr. Ministro das Finanças e Administração Pública (Américo Ramos), o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 11 horas e 40 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Managem

Carlos Manuel Cassandra Correia

Mário Fernando

José Carlos Cabral d'Alva

Ivo da Costa

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo

Maria das Neves Batista de Sousa

Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Jorge Dias Correia

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos agora apreciar o orçamento da Assembleia Nacional.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração da Assembleia Nacional, o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a única questão que se pôs na altura da aprovação do orçamento da Assembleia Nacional era por causa do problema de desfasamento em termos de verbas, em relação àquilo que foi acordado com o Ministério das Finanças e os serviços da Assembleia. Há aí um *handicap*, porque mesmo que se possa chegar ao tecto, Sr. Ministro, não acredito, a não ser que consiga uma varinha mágica, os ministros das Finanças conseguem sempre.

Sr. Presidente, as cifras estão expostas no orçamento, creio que os cidadãos também já sabem delas, porque discutimos o orçamento da Assembleia e foi também exposto ao público, é um documento oficial, já está no *Diário da Assembleia*, daí que os cidadãos poderão conhecer as cifras.

Não tenho muito mais a acrescentar em relação a esse aspecto, deixo à discussão e o Sr. Ministro poderá dizer alguma coisa. Em relação ao Conselho de Administração, não tenho mais nada a dizer.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, a minha intervenção é na mesma linha da intervenção do Sr. Deputado Carlos Correia. De facto discutimos até à exaustão o orçamento da Assembleia e se pegarmos o registo daquilo que foi o debate, sobretudo, aquilo que condicionou a preocupação, chegamos a um consenso que iríamos aprovar o tecto que a Assembleia tem e íamos admitir o tecto que o Governo apresentou. Depois, todo o resto seria aquilo que a compensação do próprio serviço da Assembleia iria arrecadar. Penso que o debate foi assim e não vejo a necessidade de voltarmos a requerer ao Governo alguma verba adicional, acho desnecessário.

O Sr. **Presidente**: — O orçamento da Assembleia Nacional foi aprovado com um tecto diferente do que o Governo dispõe no seu orçamento, numa diferença lógica de 7 mil milhões e pouco. A Assembleia é soberana, tem o seu orçamento aprovado, mas somos dependentes daquilo que são os recursos que o Governo vai mobilizar.

Sr. Ministro das Finanças, o Governo terá uma varinha mágica, no sentido de compensar a diferença?

O Sr. **Ministro das Finanças e Administração Pública** (Américo Ramos): — Não. Queria só esclarecer que o Ministério das Finanças teve vários encontros com o Secretário-geral e o Presidente da Assembleia Nacional, no sentido de discutirmos a verba a atribuir à Assembleia Nacional. Fomos bem claros ao dizer que seria uma ilusão dotarmos verbas que possivelmente não iríamos realizar, e demos exemplo. Em 2008, a Assembleia só teve acesso a 80% da verba programada. Por isso, queríamos ser realistas, dotando uma verba que somos capazes de afectar à Assembleia.

Já no último dia, ligou-me o Sr. Secretário-geral e eu disse-lhe textualmente que não podia fazer mais nada e caso a Assembleia votasse um orçamento superior àquilo que está programado, seria um orçamento com um *gap*. Só se no decorrer do ano tivermos excesso de receita, aí sim, faríamos afectação ao *gap* orçamental da Assembleia. Portanto, é tudo quanto nos oferece esclarecer nesta reunião.

O Sr. **Presidente**: — Esclarecido que está o problema e o consenso admitido na discussão do próprio orçamento da Assembleia, julgo que podemos ultrapassar esta questão.

Srs. Deputados, ultrapassamos o debate? Então, vamos dar por concluído os nossos trabalhos para fecharmos a nossa discussão sobre o GOP e OGE na especialidade.

Srs. Deputados, está encerrada a discussão sobre o orçamento da Assembleia.

Eram 11 horas e 40 minutos.